

----- A C T A N . º  
02-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE 31 MARÇO DE 2006-----Aos trinta e um dias do mês de Março de  
2006, pelas 21,00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão  
Extraordinária, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a  
seguinte Ordem de Trabalhos.-----**1.º Ponto** - Eventual tomada de posição  
sobre o encerramento da Maternidade de Torres  
Vedras;-----  
-----**2.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de Carta Educativa do Concelho de Torres Vedras,  
nos termos do n.º 1 do art.º 19 do Decreto – Lei n.º 7/2003 de  
15/01;-----**3.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de alteração  
ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Torres  
Vedras;-----**4.º Ponto** – Discussão e votação da proposta  
de alteração dos estatutos da Comunidade Urbana do  
Oeste;-----  
--**5.º Ponto** – Discussão e votação da proposta de alteração dos estatutos da AMEGA - Associação  
de Municípios para Estudos e Gestão da Água;-----**6.º**  
**Ponto** – Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à Associação para a Promoção de  
Segurança Infantil, nos termos da alínea m), do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro,  
na sua actual redacção.-----  
Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves  
Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).----  
-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a  
indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho,  
José Afonso das Neves Carneiro Santos, João António Flores Nunes da Cunha, António Carlos  
Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino,  
Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo Miranda de Jesus Carvalho, Jorge Henrique Horta  
Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira  
Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe de Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz  
Branco da Silva, Hugo Miguel Fernandes Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo  
Fernandes Pereira Silva Lucas, Vitor Manuel Vitorino, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio  
Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques  
Lourenço Marrenea, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge  
Carvalho de Carvalho, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim  
do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela,

António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves e Ana Rita Pereira Antunes.-----

----Faltaram os membros Luís Pedro Saldanha Miranda, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Nuno Ricardo Nunes Pereira e Carlos Alberto Lopes Veloso.-----

----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Cristina Luzia Pereira de Abreu Castelo Branco, Rita João Maya Gomes Sammer, Tomé da Costa Borges, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Carlos Manuel Pires de Pina, Sérgio Paulo Matias Galvão e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

**LEITURA** **DA**

**CORRESPONDÊNCIA:**-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 11 documentos que a seguir se indicam:-----

**DOCUMENTO 1:**-----

----Informação da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 de Março, a dar conhecimento que os municípios accionistas votaram contra o Orçamento e Tarifário da Resioeste, o qual prevê uma tarifa de € 37,70 /ton, dando nota da justificação para o mesmo e a manifestação de que até à fixação da taxa os municípios paguem a tarifa em vigor desde Dezembro de 2005, ou seja € 30,30 /tonelada.----

**DOCUMENTO** **2:**

-----Convite do Centro Social Recreativo e Cultural da Maceira, dirigido a todos os membros da Assembleia Municipal, a informar que no dia 13 de Abril, a instituição irá comemorar 31 anos de existência, com a um lanche a realizar pelas 16.00 h.-----

**DOCUMENTO** **3:**

-----Ofício, número 73/2006, da Comunidade Urbana do Oeste, de 16 do corrente, a enviar alguns esclarecimentos em resposta um ofício deste órgão, informando que a instalação do novo mandato terá lugar após a adesão do município da Nazaré, e que já procederam ao pagamento das senhas de presença respeitantes ao mandato anterior.-----

**DOCUMENTO** **4:**

-----Ofício número 4017 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13 do corrente, a dar conhecimento do teor do ofício remetido ao Sr. Ministro da Saúde, no qual é transmitida a posição da autarquia face à notícia

veiculada na Comunicação Social, sobre o encerramento da maternidade de Torres Vedras.-----

**DOCUMENTO** **5 :**

-----Ofício número 4586, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 23 do corrente, a dar conhecimento do teor do ofício remetido ao Sr. Ministro da Saúde, no qual é reiterado o pedido de audiência para resolver o anunciado encerramento da maternidade de Torres Vedras, e onde presta mais esclarecimentos sobre o Centro Hospitalar de Torres Vedras.----- **DOCUMENTO**

**6 :**-----Presente ofício número 4460, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 21 do corrente, a enviar cópia do ofício enviado à E.P – Estradas de Portugal, sobre a reabilitação da EN 9 – troço compreendido entre S. Pedro da Cadeira e Merceana, solicitando informações sobre as razões da demora do arranque da obra, bem como qual a previsibilidade para o seu início.-----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**-----

**DOCUMENTO 7 :**-----

-----Fax de António José de Oliveira Esteveira, de 28 do corrente, a comunicar que por motivos profissionais inadiáveis, será impossível a sua presença na presente sessão e a solicitar a sua substituição ao abrigo do normativo legal supra identificado.-----Foi convocado para o seu lugar Maria João de Carvalho Franco Roque Alves.----- **DOCUMENTO 8 :**

-----Carta de Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, de 31 do corrente, a informar da impossibilidade de estar presente e a pedir a sua substituição nos termos da lei.-----Encontrava-se presente Ana Rita Pereira Antunes que tomou o seu lugar.-----

**DOCUMENTO** **9 :**

-----E-mail de Laura Maria Jesus Rodrigues, de 27 do corrente, a informar que estará ausente do concelho de 27 de Março a 2 de Abril, solicitando a sua substituição ao abrigo do normativo legal em epígrafe.-----

-Foi convocado e encontrava-se presente Susana Maria Ribeiro das Neves.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

**DOCUMENTO** **10**

-----Carta de José

Alberto Ferreira Menino, de 23 do corrente, a informar que por se encontrar ausente do concelho não lhe foi possível estar presente na sessão ordinária de 16 de Fevereiro, solicitando que lhe seja relevada a falta.----- **DOCUMENTO**

**11:**-----E-mail de Nuno Ricardo Nunes Pereira, de 30 do corrente, a informar que por motivos profissionais inadiáveis, não pode estar presente na sessão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.-----

-----Teve início o período antes da ordem do dia.-----

**TARIFÁRIO** **DA**

**RESIOESTE:**-----O *Sr. José Augusto de Carvalho*, reportou-se à informação lida na correspondência sobre o assunto em título, dizendo que considerava o montante de € 37,70 previsto para a tarifa em causa, escandaloso.-----

-----No sentido de aprofundar a questão, iria tentar dar o seu contributo para perceber a nível nacional qual é o posicionamento desta tarifa, o que achava, desde já, que colocará numa posição e m b a r a ç o s a a A d m i n i s t r a ç ã o d a Resioeste.-----Na sequência desta intervenção, o *Sr. Sérgio Jacinto* solicitou ao membro que alargasse o seu empenhamento no que respeita à avaliação do *ranking* nacional, à tarifa de água e saneamento que os SMAS cobram aos cidadãos de Torres Vedras.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TOPONIMIA:**-----

-----O *Sr. José Menino* sugeriu que fosse dado o nome de “Alameda do Poder Local” à praça e entrada do Parque Regional, numa homenagem ao poder autárquico, à Junta de Freguesia de Santa Maria e à Câmara Municipal porque criaram condições para que esta alameda exista.-----

-----Ainda sobre a temática em título, o *Sr. Gonçalo Patrocínio* questionou se já tinha sido contemplado nas actividades do Executivo dar o nome do “Papa João Paulo II” a uma rua da cidade de Torres Vedras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ILUMINAÇÃO**

**PÚBLICA:**-----O *Sr.*

*Gonçalo Patrocínio* solicitou que fosse dada a devida atenção à falta de iluminação pública que se verifica na Rua Brigadeiro Neves Costa.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ROTUNDA DA FONTE**

**GRADA:**-----A *Sra. Dalila de Carvalho* lembrou que ainda se encontra colocada na rotunda da Fonte Grada as placa com a indicação de provisória.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CAMINHO DA LOURICEIRA** -----

**SEMÁFOROS:**-----A *Sra. Dalila de Carvalho* alertou que a via que atravessa localidade da Louriceira é muito estreita, sendo difícil circular nos dois sentidos, sugerindo a colocação de semáforos, à semelhança do que tem sido levado a cabo noutras localidades do concelho.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ENCERRAMENTO DA ESQUADRA DA**

**PSP:**-----O *Sr. José Afonso*, aludindo a um estudo publicado na revista “Visão” sobre a reestruturação das Forças Policiais indicando que iriam fechar até ao Verão 21 postos da PSP, no qual o de Torres Vedras estava incluída, manifestou a sua preocupação uma vez que pensava que este problema já tinha sido resolvido e questionou que informações a autarquia possuiu sobre o desenrolar deste processo.-----

-----Lembrou que se o critério a seguir for o dos 15 mil habitantes, Torres Vedras conseguirá resolver o problema pela positiva.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez notar que não se tratava de informação nova e quando a mesma foi veiculada à uns meses atrás a autarquia remeteu uma exposição ao Sr. Ministro da Administração Interna, na qual foi identificada a realidade do concelho, que é distinta dos pressupostos que vieram a público.-----

---Mais informou que para além de alguns contactos pessoais com a Secretaria de Estado, ainda não tinha recebido qualquer resposta oficial.-----  
A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PROPOSTA DO PSD PARA AUMENTAR PARA O DOBRO OS TEMPOS ESTIPULADOS PARA A DISCUSSÃO DO PONTO 1, NOS TERMOS DOS ART.ºS 22 E 23 DO REGIMENTO:**-----

-----O Líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, *Sr. Alfredo Reis* propôs que o tempo de debate do ponto 1, fosse aumentado para o dobro do estipulado pela Comissão Permanente.-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, deu a palavra à Assembleia para deliberar sobre o



habitantes, recomenda que o Centro Hospitalar de Torres Vedras não veja, no futuro, o respectivo bloco de partos posto em causa.-----E se os recursos humanos e técnicos afectos ao Centro Hospitalar de Torres Vedras, nesta valência, carecem de ser reforçados, que o sejam.-----Por outro lado, a Assembleia Municipal não ignora que, segundo parâmetros internacionais, o número de partos ocorridos não deveria ser inferior a 1500/ano, como condição de actualização e adestramento do respectivo pessoal.-----Terá neste particular, a Administração do Centro Hospitalar um papel a desempenhar:-----Sem prejuízo da liberdade de escolha, devem os responsáveis máximos do Centro Hospitalar demonstrar à população a qualidade do serviço para que nele confiem e a ele recorram.-----Enfim, entende a Assembleia Municipal de Torres Vedras que nada de insuperável fundamenta o eventual encerramento do bloco de partos do Centro Hospitalar de Torres Vedras, acrescendo que a actual população justifica o seu funcionamento e com tendência de crescimento.-----E que se há insuficiências/deficiências de equipamentos, recursos humanos e informação à população, que as mesmas sejam obviamente superadas por quem de direito e rapidamente.-----Por último, e no contexto global da prestação dos cuidados de saúde que à generalidade da população é devida, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reclama do Ministério da Saúde medidas urgentes de melhoria dos correspondentes serviços, designadamente com a definição de um plano estratégico que envolva o Centro de Saúde de Torres Vedras e as respectivas extensões e o Centro Hospitalar de Torres Vedras integrado do antigo Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior.-----Assembleia Municipal de Torres Vedras, 31 de Março de 2006.-----Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, José Augusto Clemente de Carvalho.”-----

**Moção do Membro João António Flores Nunes da Cunha:**

-----“ Considerando da urgência da maternidade do Centro Hospitalar é uma menos valia para a população do concelho de Torres Vedras, particularmente para as grávidas de maiores carência,-----se o número de partos tem vindo a diminuir ao longo dos tempos, situam-se actualmente na ordem dos 1150/ano, isto deve-se principalmente à deficiente oferta de consultas de obstetrícia por parte do Serviço Nacional de Saúde,-----o número de médicos que trabalham no serviço de obstetrícia e ginecologia, do CHTV é de 16 (9 do quadro, 2 com contrato de provimento e 5 avençados),-----as justificações avançadas para o encerramento do bloco de partos da maternidade apenas tem razão de ser quando integradas no actual regime jurídico dos recursos humanos de saúde e do estatuto da função pública, de que se destaca:-----a morosidade no redimensionamento dos quadros,-----a lentidão na

selecção e recrutamento do pessoal,-----a ineficácia  
do poder disciplinar,-----a deficiente  
avaliação profissional,-----a falta de  
mecanismos de liderança das chefias,-----a  
remuneração aferida pela carga horária do emprego-----A  
Assembleia Municipal vem exigir do Ministério da Saúde urgentes medidas conducentes à  
manutenção e melhoria dos níveis de saúde da população do seu concelho  
nomeadamente:-----A definição do regime jurídico para o Centro Hospitalar de Torres  
Vedras que permita:-----a existência de um quadro de pessoal redimensionável pelos planos  
de actividade, com a gestão de recursos humanos ajustada à satisfação das metas assistenciais  
definidas,-----a possibilidade de celebração de contratos individuais de  
trabalho com garantia de segurança contratual e que levem a ultrapassar as exigências do regime da  
função pública,-----a existência de esquemas remuneratórios incentivantes que  
p r e m e i e m a p r o d u t i v i d a d e e a q u a l i d a d e d a  
assistência,-----a criação  
de um verdadeiro sistema de avaliação que possa ser usado como instrumento de progressão e  
promoção profissional,-----a  
responsabilização das direcções, hospitalar e dos serviços, pela definição e cumprimento dos  
o b j e c t i v o s a s s i s t e n c i a i s e p e l o s e u g r a u d e e f i c i ê n c i a e  
qualidade,-----A definição por parte do Ministério da Saúde, com  
objectividade, do plano estratégico para o Centro Hospitalar de Torres Vedras e para a Saúde do  
Concelho, nomeadamente: o que fazer com o antigo Sanatório do Barro? E acréscimo de valências,  
c o m o p ã e e x e m p l o : N e u r o l o g i a e  
Oftalmologia.-----  
----Que, independentemente dos resultados do estudo sobre o planeamento hospitalar da  
Estremadura/Oeste, não seja encerrado o bloco de partos do CHTV, tendo em conta os  
c o n s i d e r a n d o s a t r á s  
referidos.-----Que seja criada  
na Assembleia Municipal uma comissão de acompanhamento dos Assuntos de Saúde no Concelho  
de Torres Vedras”.-----  
----Logo de seguida foi entregue na mesa o documento que se transcreve:-----  
----Proposta de aditamento à moção do Partido  
Socialista:-----“ Terá, neste particular, a Administração do  
Centro Hospitalar um papel a desempenhar: Sem prejuízo (...) confiem e a ele recorram,  
convidando-se igualmente a Administração do Centro Hospitalar de Torres Vedras a promover a

instalação efectiva do Conselho Consultivo do Hospital de Torres Vedras.-----**Ana**

**Elisa Martins**".-----

-----O Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino deu de seguida a palavra à Assembleia para dar início à apresentação e discussão das moções.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* fez notar que a moção apresentada pela sua bancada procurava com fidelidade seguir os factos tal e qual chegaram ao seu conhecimento e começou por fazer o voto de que Órgão Deliberativo possa resistir tanto quanto possível a especulações e fundamentem as a f i r m a ç õ e s e m

factos.-----Desde

logo relevou que não aparece referenciado na moção do colega Flores da Cunha que houve uma comissão supostamente idónea, qualificada e independente que propôs um conjunto de medidas para a nível nacional melhorar o panorama dos cuidados de saúde nesta valência.-----Também

era um facto que a citada comissão propôs o imediato encerramento sem a mínima justificação, sendo certo que na parte preambular do relatório são elencadas as condições consideradas mínimas para que os blocos de partos funcionem.-----Contudo, salientou

que o Ministro da Saúde perante esta proposta decidiu e citou" a manutenção em funcionamento do bloco de partos do Centro Hospitalar de Torres Vedras até à conclusão do estudo sobre o planeamento hospitalar da Estremadura Oeste, envolvendo Alcobaça, Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras", ou seja não determinou o encerramento.-----Prosseguiu

sublinhando que apesar desta decisão poder vir a ser alterada por factores decorrentes da realização do estudo que aludiu, havia argumentos que permitiam manter uma atitude de optimismo e de expectativa positiva que se fundamentavam essencialmente na vertente demográfica.-----

-----Recordou que numa estimativa feita para os 5 concelhos da área de influência do Centro Hospitalar de Torres Vedras, este abrangerá cerca de 200 mil habitantes, não se tratando por isso de falta de pessoas, mas podendo haver insuficiência de recursos noutra domínio, estes deviam ser reforçados por quem de direito e o mais rapidamente possível.-----Lembrou ainda que existe um parâmetro

internacional que fixa em pelo menos 1500 partos por ano para que o pessoal tenha actualização e o adestramento adequado e nesta vertente considerava que há trabalho a desenvolver, dado que existem mais de 1500 partos, só que estes não eram realizados todos no blocos de partos do CHTV.-----Sobre este facto reportou-se à

informação contida nos ofícios 4006 e 4527, que referem que em 2005 nasceram 1150 crianças no bloco de partos, mas nos 5 concelhos os nascimentos foram de 1887, e em 2004 registaram-se 1100

partos, mas 2147 das mães parturientes não deram à luz no bloco de partos de Torres Vedras, e esta era uma realidade que a administração da instituição em causa tinha que reflectir.-----Admitia que existisse insuficiência de informação à população, e os serviços públicos tinham que promover os seus serviços perante o público alvo, tendo aqui a administração do centro hospitalar tinha um trabalho a desenvolver a fim de superar este desfasamento.-----Deste modo, a moção da bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal entenda que nada de insuperável existe que possa pôr em causa o bloco de partos, mas, se existe insuficiência de equipamentos, de recursos humanos, e falta de informação à população, que seja superado por quem de direito e rapidamente.-----Por último e relativamente aos cuidados que a população em geral tem direito, sublinhou que a moção reclama do Ministério da Saúde medidas urgentes de melhoria dos serviços, designadamente com a definição de um plano estratégico que envolva o Centro de Saúde de Torres Vedras e as respectivas extensões e o Centro Hospitalar de Torres Vedras integrado do antigo Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior.-----Pedi o uso da palavra a **Sra. Ana Elisa Martins** para informar que a proposta de aditamento que subscreveu, tinha o objectivo simples de aproveitar esta infeliz oportunidade para dar alguma visibilidade ao Conselho Consultivo do Centro Hospitalar de Torres Vedras, do qual faz parte como representante deste Órgão Deliberativo.-----Lembrou que, apesar de previsto na lei, o mesmo nunca foi instalado, à semelhança de muita leis que no nosso país não são cumpridas, o que no seu entender talvez se deva um pouco à falta de teimosia dos cidadãos.-----

-----O **Sr. Flores da Cunha**, disse que ficava bem ao colega José Augusto de Carvalho defender o seu ministro, no entanto ele considerava os assuntos de saúde, não de qualquer Governo que esteja n o p o d e r , m a s d e Estado.-----Frisou que a sua posição era a mesma que defendeu à três anos atrás quando a maternidade foi encerrada, de tal modo que apresentava a mesma moção, então votada favoravelmente pelo Partido Socialista, apenas com algumas actualizações temporais e com o acréscimo dos três últimos parágrafos.-----

-----No seu entender a moção do PS era vaga, não era objectiva e pretendia defender o ministério, além de que dizia que o que é necessário fazer, mas não dá os mecanismos para executar, e isso e s t a v a n a s u a moção.-----Quanto à admiração do membro José Augusto de Carvalho por metade das grávidas da área não irem parir ao

CHTV, esclareceu que se deve ao facto do Serviço Nacional de Saúde não dar à população consultas de obstetrícia em número suficiente para estas continuarem a ser seguidas pelo médico. Salientou que, embora não em termos absolutos, quando os médicos do quadro são colocados noutras hospitais as grávidas acompanham-no e vão parir onde eles prestam serviço, sendo que o caso contrário também se verifica.-----Por último defendeu que se o Partido Socialista queria ser coerente tinha que votar favoravelmente a sua moção, porque também ia votar favoravelmente a moção do PS.-----O **Sr. Paulo Gonçalves** disse que em primeiro a Coligação Democrática Unitária queria sublinhar a defesa de um sistema nacional de saúde.-----Em relação ao assunto em causa, defendiam a continuação em funcionamento da maternidade, mas que sejam asseguradas todas as condições de qualidade, sugerindo que a Administração do Hospital levasse em linha de conta a possibilidade de certificar internacionalmente os seus serviços, tal como acontece com outras unidades de saúde.-----De seguida sublinhou a importância do acompanhamento que deve ser dado à mãe no período pré-parto, para que este factor pese também na escolha do local do parto.-----Sublinhou ainda que a CDU estava na globalidade de acordo com o teor dos ofícios enviados pela autarquia ao ministro, no entanto e no que se refere ao datado de 23 de Março fez questão de referir que não se podiam comparar valores de mortalidade neo-natal entre o Centro hospitalar de Torres Vedras e a Maternidade Alfredo da Costa, uma vez que é para esta instituição que são direccionados os casos mais complicados, sendo por isso natural que apresente valores superiores aos outros blocos de partos. Como tal não se tratava de um argumento consistente, não era credível e não tinha forma de ser sustentado.-----Pedi novamente o uso da palavra o **Sr. José Augusto de Carvalho** e reportando-se à intervenção do colega Flores da Cunha quando alude que o Partido Socialista vem fazer a defesa de valores que não os dos torrienses, era obvio que estava a fazer insinuações gratuitas e ofensivas.-----Também quando afirmava que os assuntos de saúde não são dos Governos, mas do Estado, no seu entender trata-se de assuntos de Pessoas e como tal não tinha dúvidas que a primeira fidelidade da bancada do Partido Socialista era para com os torrienses, solicitando que o membro provasse a sua insinuação.-----Concentrando-se na moção apresentada pelo colega, fez notar que a mesma começa por referir-se ao encerramento quando não houve qualquer encerramento, mas uma decisão de manutenção em funcionamento.-----Referiu igualmente que ignora, ilude, uma realidade que é muito distinta da que escreve, uma vez que o ministro não acolheu a proposta de encerramento feita pela comissão independente, e como tal a moção falseia os factos. Ao entrar nos domínios de ordem técnica levou a interrogar-se se

para serem membros da Assembleia não deveriam primeiro ter frequentado pelo menos um estágio  
no Centro Hospitalar.-----

Quanto ao facto de invocar que o número de partos tem vindo a decrescer por deficiente oferta de  
consultas de obstetrícia, questionou onde é que no quadro legal aplicável, este órgão tem  
competências para discorrer nesse  
sentido.-----Considerava uma inverdade a  
indicação das “justificações avançadas para o encerramento” , dado não aparecer no relatório uma  
linha a título justificativo para o imediato encerramento.-----No que se refere às medidas  
políticas avançadas no documento, disse que as entenderia se estivessem perante uma comissão  
parlamentar de saúde, e o colega estava a incorrer num erro de raciocínio porque não se pode ter um  
regime específico para cada unidade de saúde.-----Por último, observou que  
discorre sobre medidas de política de saúde que obviamente num estado unitário, como determina a  
constituição, não podem ser medidas específicas diferenciadas uma para cada terra, para cada  
concelho, só por isto a sua moção caía pela base e não podia ter a aprovação do  
PS.-----O **Sr.**

**Alfredo Bernardes**, sustentou que não era preciso ser mais ou menos torriense para estar de acordo  
com o teor da moção apresentada pelo Partido Socialista, no entanto manifestou a sua preocupação  
com o parágrafo: (...) a decisão governamental foi adequada”. No seu entender a decisão do  
ministro não foi adequada nem desadequada, foi uma não decisão.-----  
Manifestou a sua extrema preocupação com o resultado do estudo referenciado, dado que se baseia  
no espaço geográfico que incluiu Alcobaça, Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras, sendo que o  
nosso concelho é periférico neste espaço.-----Tomou  
de novo a palavra o **Sr. Flores da Cunha** para dizer que não fez insinuações, fez  
afirmações.-----

-----Fez notar também que o teor da moção não foi inventado por ele, são propostas que se fazem em  
manuais de política de saúde, e não era verdade que cada hospital não pudesse ser gerido de maneira  
diferente apontando os “Hospitais EP” como  
exemplo.-----Esclareceu que era com base no ponto 3  
do relatório “ Cerca de 10% dos recém-nascidos nascem em locais onde não existem as condições  
mínimas citadas, indispensáveis para garantir níveis mínimos de segurança durante o parto. Esta  
situação acontece em cerca de 1/3 das maternidades portuguesas onde o número de partos  
efectuados por dia (menor que 4) compromete a manutenção de uma rotina perinatal de qualidade.”,  
que escreveu “as justificações avançadas”.-----Nesta sequência entendia que mais valia  
prevenir do que remediar até porque o ministro não disse que as parturientes de Alcobaça virão para

Torres Vedras, quando fosse resolvido o assunto da Estremadura/Oeste.-----

-----Sustentou que o membro José Augusto de Carvalho, não pede responsabilidades ao ministério da saúde, mas a quem de direito, interrogando-se quem é que é de direito, e no seu entender tinha que se nomear os responsáveis tal como fez na sua moção.-----

-----Para concluir salientou que também estava ali para defender os interesses dos cidadãos de Torres Vedras, e não obstante a linguagem utilizada ser diferente, não ofendia ninguém porque era técnica, e por isso é que se dizia que havia muita coisa técnica que os políticos não percebem.-----O *Sr. José Afonso* referiu que independentemente do que o colega José A. Carvalho tem vindo a dizer sobre responsabilidades, deviam defender os 5 concelhos e defendê-los na sua perspectiva era defender a manutenção do bloco de partos do CHTV.-----

-----Lembrou que há 3 anos atrás exerceu-se uma pressão que levou à resolução do quadro de médicos alguns meses depois, e esta mesma pressão tinha que se começar desde já, antes que se concretize o encerramento, porque depois do caso consumado não valia a pena falar mais do assunto.-----

-----Concordava que se tinha que responsabilizar a Administração do Cento Hospitalar, quanto ao número de partos no espaço natural ser 800 a menos, tendo sido esta a razão do PSD ter solicitado em sede de reunião da comissão permanente a presença do director, o que foi recusado pelo Grupo Municipal do

PS.-----Indicou que não entendeu esta tomada de posição, uma vez que achava que era extremamente útil esta troca de impressões e a possibilidade de auscultar alguns dos problemas inerentes, que podiam ser condicionantes a esta problemática.-----

Abordando o relatório, assentiu que de facto não aponta para casos concretos que levem ao encerramento, e nessa sequência tentou obter alguns esclarecimentos sobre as razões científicas ou técnicas, para além de políticas que podem levar ao encerramento do bloco de partos. Apurou que podiam ser condições mínimas do bloco no que respeita a equipamentos, com a necessidade de algumas obras e o problema do quadro de pessoal.-----

-----Quanto ao quadro de pessoal informou que desde há 3 anos que funciona com 16 obstetras, existindo por isso já uma estrutura que pode ser melhorada, e quanto às deficiências do bloco trata-se de apenas de 2 salas de apoio ao bloco e estavam a falar de um investimento irrisório-----Interrogou-se também se, depois de todo o investimentos aplicado nos últimos 10, 15 anos, ia ser posto em causa o funcionamento da maternidade, e quais eram as alternativas que o governo oferecia ao

torrienses.-----No seu entender não existiam condições práticas para esta medida, e só podia tratar-se de uma visão centralizadora das maternidades que tinha por detrás uma teoria economicista.-----

Prossegui observando que até no aspecto económico tinha grandes dúvidas se o Estado pouparia com o encerramento do bloco de partos do Centro Hospitalar de Torres Vedras, porque era evidente que conseqüentemente, os blocos de partos de Caldas da Rainha e Alcobaça ficarão saturados e o destino será a maternidade Alfredo da Costa. Concerteza que a Comissão Nacional não quererá parturientes nos corredores desta maternidade a aguardar vaga.-----Assim, entendia que a solução não passará por centralizar em Lisboa, tendo presente os tempos de logística do transporte e os custos daí inerentes, e equipar ambulâncias para fazer as transferências de parturientes com equipas médicas habilitadas para o efeito.-----Por último defendeu que a Assembleia Municipal tinha que tomar uma posição fazendo ver ao governo, como tinham feito há 3 anos atrás, que esta é uma medida que não serve a população de Torres Vedras e dos outros concelhos adjacentes.-----O **Sr. Nozes Pires** sublinhou que sobretudo o que interessava era estarem todos juntos como torrienses mas também como portugueses, para impedir que a maternidade fosse encerrada, independentemente de qual for o governo, porque se trata de uma questão de nação, e não deste ou daquele governo.-----Em segundo lugar alertou para a necessidades do desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde para o concelho, trabalhar em rede em termos de região porque precisavam de um Hospital do Oeste, e este, fez notar, estava previsto, estudado tecnicamente até à minúcia e ao rigor, com 300 camas e estava há 5/6 anos numa gaveta do ministério.-----Disse que a maternidade não deve encerrar mas também deviam pensar no Oeste.-----

O **Sr. Gonçalo Patrocínio** começou por referir que todos defendiam as pessoas, e o que a sua bancada tentou transparecer é que houve uma diferença na intensidade desta defesa, por parte da bancada do Partido Socialista, diferente da que fez em 2003.-----De seguida manifestou seu espanto pelo facto de Torres Vedras como maior concelho do distrito de Lisboa tenha, perante serviços essenciais e básicos, questões como esta.-----Lamentou que há 14 anos que o quadro de pessoal do Hospital de Torres Vedras, não sofre alterações, e apesar de ter sido integrado neste centro hospitalar há 5 anos, nada foi feito pelos vários governos.-----

-----Tendo sido a primeira vez que ouviu falar do Hospital do Oeste, questionou se não foi sempre esta a posição defendida pelos autarcas torrienses junto do governo

central.-----Defendia que Torres Vedras, não podia só continuar a reagir, tinha que ser mais pró-activo, porque era uma cidade central para os concelhos já referidos e suas populações, sendo importante que sejam incisivos na defesa do não encerramento, e possibilitar que a situação melhore em todos os sentidos.-----

-----O **Sr. José Correia** observou que o colega que interveio anteriormente levantou algumas questões importantes, no que se refere à gestão de recursos humanos no nosso país que só poderia passar por processos de regionalização mais conseguidos, que nunca foram efectivados.-----Assim e enquanto não for devidamente resolvida determinado tipo de reorganização administrativa e de governos regionais, estas situações vão ser sempre postas em causa, até há racionalização de recursos que se exige, que sejam mais ou menos centralizados, ou que pelo menos se criem centros de serviços partilhados.-----Tendo em conta os estudos de evolução demográfica e sócio-económicos para a nossa região, não lhe parecia razoável o encerramento da maternidade, mesmo dentro dos critérios da comissão científica que faz a avaliação numa perspectiva prospectiva.-----Por outro lado, salientou que há uma situação de defesa em primeiro lugar dos cidadãos, e por muito que o concelho possa estar numa zona decisória, esta nunca poderá ser tomada em desfavor da população, mas sempre a favor, como característica própria que venha a enfermar a decisão política que venha a ser seguida.-----

Relativamente à não eficiência de recursos humanos, ou técnicos de qualidade ou em quantidade suficientes para que o serviço prestado se possa tornar mais apelativo e mais seguro, era o mais fácil de ser delimitado e era isso que se exigia na moção que o PS apresentou.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento**, começou por lembrar que a situação que aqui discutiram em 2003 teve uma grande diferença, porque a maternidade fechou mesmo temporariamente, sabiam que não havia condições técnicas, exigiram a sua abertura e conseguiram-no.-----

-----Precisou que era necessário serem coerentes nas posições que tomam e lamentou que o Partido Socialista tenha já manifestado a intenção de votar desfavoravelmente uma moção com o mesmo texto, que então votaram a favor.-----Disse ainda que se o deputado José A. Carvalho não encontrou no relatório uma razão demonstrada para o encerramento da maternidade, não conseguia entender, que na moção do PS constasse que a decisão do ministro foi adequada. No seu entender a decisão devia ter sido uma: manter-se em funcionamento sem precisar do estudo, a não ser que existem razões que

desconhecem.-----

----Referiu que se calhar tratavam-se de razões economicistas, tal como o membro António Carneiro apontou ao governo do Partido Social Democrata há três anos atrás, com alguns grupos económicos a quererem que a maternidade encerre, e este era o cerne da questão que tinham que ter coragem de abordar, dando a devida mensagem ao governo, sem ser com palavras brandas.-----Lembrou que em 2003 o Sr. Presidente da Câmara soube dar a devida mensagem ao governo, e era da responsabilidade de todos fazer agora exactamente o mesmo, não com palavras brandas mas também não eram precisos grandes textos, e como tal iria entregar na mesa uma moção idêntica à que então foi aprovada neste órgão por unanimidade.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** em defesa das críticas proferidas à linguagem utilizada na moção do Partido Socialista, disse que em 2003 as circunstâncias eram outras porque lutaram para a reabertura da maternidade que tinha sido encerrada, e presentemente o que houve foi a decisão de manutenção do funcionamento.-----Recordou que o ofícios 4006 e 4527, enviados pelo edil ao Ministro da Saúde, faziam parte integrante da moção, na qual aludiam ao crescimento demográfico que não punha em causa o bloco de partos e também manifestavam a exigência de que se havia insuficiências, que fossem superadas por quem de direito e era obvio que se estava a referir à cadeia hierárquica na área da saúde.-----

Quanto a serem reactivos em vez de pró-activos, o último paragrafo era demonstradamente pró-activo, porque assumia a exigência de o ministério adoptar medidas urgentes de melhoria dos serviços de saúde e reclama um plano estratégico.-----Para concluir declarou que a sua bancada iria votar favoravelmente, passariam a fazer um acompanhamento sistemático deste problema, e saberiam defender os interesses dos torrienses com coerência e determinação.-----O **Sr. Hugo Martins** começou por recordar que há cerca de 4 meses atrás tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre este problema, tendo dado nota da problemática existente com as maternidades da Covilhã, e Castelo Branco.-----No seu entender as forças políticas locais e do Oeste dirigidas pela cidade de Torres Vedras tinham que fazer pressão política junto dos Órgãos de Estado, e deste modo não compreendia porque razão tinha sido negado a presença do Director do CHTV.-----Por fim disse que gostaria de saber do futuro, e quais iriam ser as medidas que a autarquia preconizava e lembrou que nos postais o Sr. Presidente da Câmara pedia a continuação da manutenção da maternidade e ele achava que devia exigir.-----Nesta altura o Presidente da

Mesa, **Sr. Alberto Avelino** interveio para esclarecer que negou a vinda do Director do CHTV, porque iria abrir uma excepção perigosa, e não achava bem sujeita-lo às questões de todos os membros. Tratava-se de uma questão da Assembleia Municipal, a qual nunca foi directamente informada por este dirigente que a maternidade ia fechar.-----

-----Por outro lado, pensava que todos tinham intervido como quiseram em defesa da maternidade, e não era o Director que melhor faria, pelo menos não o tinha feito até hoje, ter-se-á sentido impotente, o que era natural porque não tem o poder decisório.-----

-----Todavia lembrou que não pôs em causa, que qualquer dos membros se municiasse das informações que entendesse para melhor defesa da matéria que estavam a discutir.-----

-----O **Sr. António Carneiro**, disse que independentemente da posição que tomaria na votação, queria deixar bem claro que estava ao lado daqueles que estão contra o encerramento do bloco de partos do Centro Hospitalar de Torres Vedras.-----Disse ainda que para além das questões já referidas, também a existência dos seguros de saúde têm provocado estes problemas, uma vez que face à proximidade com a capital, muitas pessoas recorrem às clínicas para fazer o parto.-----

-----O **Sr. Sérgio Jacinto**, fez uma referencia à intervenção do colega Nozes Pires, com a qual estava de acordo, e parecia claro depois das intervenções que o antecederam que mais do que técnica tratava-se de uma questão política e economicista, e assim sendo eram conhecidas as boas relações do PS de Torres Vedras com o Prof. Correia de Campos, razão que atribuía ao adiamento do encerramento da maternidade.-----Assim, fazia

votos para que as mesmas relações permitam que o encerramento seja definitivamente afastado, uma vez que, tendo em conta a localização de Torres Vedras em relação à centralidade de Caldas da Rainha, e a vantagem de Alcobaça estar a pouco mais de 20 minutos de Leiria, Torres Vedras será uma “carta fora do baralho.” -----Por último e aludindo

à página 15 do relatório, ponto 10, questionou se o Sr. Presidente da Câmara tinha sido informado da decisão, antes desta ter sido anunciada à população.-----O **Sr. José Menino**, começou por dizer que não tinha dúvidas que a maternidade iria ser encerrada.-----

-----Para sustentar esta suspeita, reportou-se ao parágrafo da moção onde era afirmado que não ia ser encerrada até à conclusão do estudo, e de saber que Torres Vedras é uma zona periférica bem como de já existirem muitos serviços que foram transferidos para Caldas da Rainha.-----Convenceu-o também a convocatória, que seria muito mais objectiva se dissesse “tomada posição para o eventual encerramento”, dado que como estava

redigida interpretou que era assumido que ia encerrar.-----

Fez um apelo à unidade de todos os torrienses e dos concelhos periféricos que dependem da nossa maternidade, para de duas moções fazerem uma consensual, até porque já tinham falado de mais e tinham feito muito pouco. -----O

**Sr. Presidente da Mesa** que informou que na altura da convocatória apenas existia um requerimento do Partido Social Democrata a solicitar com urgência a convocação de uma Assembleia Extraordinária com este ponto na ordem de trabalhos, na qual a Assembleia tomaria uma posição, mas que na altura não se sabia qual, daí se ter apelidado de “eventual tomada” .-----O líder

do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, **Sr. Alfredo Bernardes**, lembrou que o requerimento que apresentaram indicava como ponto único da ordem de trabalhos: “Eventual encerramento dos Serviços de maternidade do CHTV”, e na reunião da comissão permanente o assunto não foi aprofundado, contudo não considerava grave a redacção dada.-----Reforçou que o facto de transparecer falta de veemência na moção

do Partido Socialista se devia ao parágrafo que já tinha referido na sua intervenção anterior, mas nunca tinha posto em causa a boa fé das pessoas que a elaboraram, e estavam de acordo que estavam todos presentes para lutar pelo mesmo objectivo.-----

Nesta sequência disse que estava disponível para votar favoravelmente a moção se o Partido Socialista retirasse o mencionado parágrafo, ou lhe desse uma nova redacção.-----O Líder do Grupo Municipal Socialista, **Sr. José Augusto de**

**Carvalho**, congratulou-se com a intenção de voto do colega que o antecedeu, indicando que iriam apresentar algumas alterações à moção.-----

----O **Sr. Flores da Cunha** interveio para reforçar que já na sua primeira intervenção disse que votaria favoravelmente a moção do PS porque era inequívoco que não queriam que o bloco de partos encerrasse.-----

----No que se referia à argumentação do Partido Socialista, dizendo que fala em encerramento quando este não ocorreu, caía por base a partir da convocatória para o ponto 1 desta sessão extraordinária, tendo sido a partir do mesmo que elaborou a moção que subscreveu.-----De seguida leu parte da intervenção do colega António Carneiro na

acta de 5 de Junho de 2003, onde se discutiu o encerramento da maternidade, relativamente à tomada de posição do Partido Socialista, que se transcreve:-----“Agradeceu a

intervenção do colega Flores da Cunha, o qual demonstrou à evidência que o PSD se apoiava numa

teoria, numa filosofia e estratégia economicista, tendo em conta teor o do mencionado requerimento. Contudo reafirmou que o PS votaria favoravelmente a moção do PSD porque levantava uma série de questões que eram pertinentes em relação à política da saúde, as quais até admitia fazerem parte do programa do governo anterior.”-----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----O Edil disse que a posição da autarquia face a esta matéria era clara e só podia ser uma, a da manutenção da maternidade por duas razões fundamentais: por paixão e por razão.-----Por paixão porque eram torrieneses, e a maternidade faria 50 anos este ano, muito familiares nasceram ali, mas como já se tinham apercebido este governo não agia com paixão.-----Por razão, porque na área de influência do hospital nasceram 1897 crianças, tinham meios técnicos que garantiam que o serviço funcionasse nas devidas condições e t i n h a m c o r p o c l í n i c o p a r a o e f e i t o .

-----Era m razões fundamentais para garantirem e exigirem a manutenção da maternidade de Torres Vedras e aprazia-lhe ver que a Assembleia estava em sintonia com a Câmara porque todos ganhariam com este facto.-----

Relativamente ao facto da Câmara ser mais ou menos pró-activa informou que a autarquia iniciou a distribuição de postais pelas 62 freguesias da área de influência do CHTV, que estava a ser um agradável sucesso, uma vez que já tinham várias pedidos de reforços de postais vindo de fora do concelho de Torres Vedras.-----

-----Mais informou que se pretende através dos postais, a forma mais fácil das pessoas aderirem, uma vez que os mesmos já possuem o selo.-----

-----Quando o membro Hugo Martins diz que não se deve pedir mas sim exigir, fez notar que também ele pode fazer um desenho e enviá-lo ao Sr. Ministro, e não tem que esperar por aquilo que o s o u t r o s façam.-----

Quanto à questão do colega Sérgio Jacinto informou que não foi informado de qualquer decisão, como sempre tinha dito na comunicação social.-----

-----**Nesta altura o Presidente da Mesa suspendeu a sessão por 10 minutos, para que se chegasse a um consenso quanto à moção apresentada pelo Partido Socialista.**-----Retomada a sessão, passou à leitura do documento, que passou a

t e r a s e g u i n t e r e d a c ç ã o : -----

**MOÇÃO:**-----

“ A Comissão de Saúde Materna e Neonatal entregou ao Senhor Ministro da Saúde, no passado dia

10 de Março, um relatório sobre a “Organização Perinatal Nacional”, com propostas de “Requalificação dos Serviços de urgência Perinatal”.-----De entre tais propostas da referida Comissão constam as de encerramento imediato de blocos de partos de diversos hospitais, entre os quais, o bloco do Centro Hospitalar de Torres Vedras.-----A proposta no respeitante a Torres Vedras, contrariamente a outras, não explicita quaisquer fundamentos específicos em que a sobredita Comissão se baseia para assumir tal atitude.-----É certo, no entanto, que no preâmbulo do documento em causa são enunciadas as condições mínimas para garantir níveis de segurança durante o parto e tão-só! Mas seria avisado – dada a relevância e o melindre do que está em apreço – que a sobredita comissão se desse ao trabalho ou assumisse a coragem de individualizadamente, inequivocamente, fundamentar a sua posição.-----Em todo o caso, o senhor Ministro da Saúde, por despacho a publicar proximamente no Diário da República mas cuja parte decisória é pública, porque a divulgou no Parlamento, determinou – ao contrário do proposto pela sobredita Comissão – “ a manutenção em funcionamento do bloco de partos do Centro Hospitalar de Torres Vedras até à conclusão e aprovação de um estudo sobre o planeamento hospitalar da Estremadura / Oeste (Alcobaça, Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras) “-----A

Assembleia Municipal faz fé nos dados de facto veiculados pelo Executivo Municipal de Torres Vedras, através dos ofícios 4006 e 4527, respectivamente de 13 e 23 de Março do corrente, dirigidos aos Senhor Ministro, que aqui damos por reproduzidos.-----O crescimento demográfico na área de influência do Centro Hospitalar de Torres Vedras, de 1991 a 2001, de cerca de 20 mil pessoas, associado às mais fundadas estimativas de que actualmente a população residente atinja 200 mil habitantes, recomenda que o Centro Hospitalar de Torres Vedras não veja, no futuro, o respectivo bloco de partos posto em causa.-----E se os recursos humanos e técnicos afectos ao Centro Hospitalar de Torres Vedras, nesta valência, carecem de ser reforçados, que o sejam.-----Por outro lado, a Assembleia Municipal não ignora que, segundo parâmetros internacionais, o número de partos ocorridos não deveria ser inferior a 1500/ano, como condição de actualização e adestramento do respectivo pessoal.-----Terá neste particular, a Administração do Centro Hospitalar um papel a desempenhar:-----Sem prejuízo da liberdade de escolha, devem os responsáveis máximos do Centro Hospitalar demonstrar à população a qualidade do serviço para que nele confiem e a ele recorram, convidando-se igualmente a Administração do Centro Hospitalar de Torres Vedras a promover a instalação efectiva do Conselho Consultivo do Hospital de Torres Vedras.-----Enfim, entende a Assembleia Municipal de Torres Vedras que nada de insuperável fundamenta o



discutirem o ponto 4, no tempo regimental de que ainda dispunham, dado tratar-se apenas de incluir o Município da Nazaré na ComUrb Oeste, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

**PONTO 4 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA COMUNIDADE URBANA DO OESTE;**-----

-----Presente ofício número 3779 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Março último, que tendo presente a competência prevista na alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, de 18.09. remete a alteração em título, a qual surge na sequência da adesão do Município da Nazaré aquela Comunidade, nos termos do art.º 44.º da Lei n.º 19/2003.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade a proposta de alteração dos estatutos da Comunidade Urbana do Oeste.-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

-----Dado o adiantado da hora, e não se terem discutidos todos os pontos 2, 3, 5 e 6 da ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal, *Sr. Alberto Avelino* auscultou a Assembleia no sentido desta continuar, propondo o próximo dia 3 de Abril para o efeito.

-----Nos termos do art. 52.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção a Assembleia Municipal deliberou, por, unanimidade que a presente sessão extraordinária continuasse no dia 3 de Abril de 2006.-----A

encerrar os trabalhos solicitou que os Grupos Municipais comunicassem esta deliberação aos membros que já não estivessem presentes na sala.-----

**-----AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE ABRIL, PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE MARÇO DE 2006.**-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----

-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, João António Flores Nunes da Cunha, António Carlos Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo Miranda de Jesus Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Francisco Cruz Branco da Silva, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Vitor Manuel Vitorino, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Lourenço

Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves e Ana Rita Pereira Antunes.-----

-----Faltaram os membros Gonçalo Filipe de Carvalho Patrocínio, Hugo Miguel Fernandes Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Luís Pedro Saldanha Miranda, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Nuno Ricardo Nunes Pereira e Carlos Alberto Lopes Veloso.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores, Rita João Maya Gomes Sammer, Tomé da Costa Borges, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão.-----

**PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 19 DO DECRETO – LEI N.º 7/2003 DE 15/01;**-----

-----Presente ofício da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 6 de Março último, a remeter a proposta em título e a solicitar o seu agendamento.-----

*Sr. Presidente da Câmara* informou que o processo de elaboração da Carta Educativa do Concelho de Torres Vedras se iniciou já no mandato anterior, tendo sido um trabalho adjudicado a dois professores do concelho, Rui Silva e Fernando Carvalho-----

Mais informou que se trata de uma carta para 5 anos, ao fim dos quais terá que ser revista, e concerteza que não se tratava de um documento isento de falhas, nem de omissões, mas era um primeiro instrumento, cujo trabalho sobre o mesmo era absolutamente necessário de forma a poder avaliar o que se propõe e o que eventualmente se omita.-----

Fez notar que era um documento com uma extensão muito vasta se tivessem em linha de conta que existem 83 estabelecimentos de ensino básico, e após a carta educativa, que face à realidade dos centros educativos passarão para 23, o que em termos de salas aulas corresponde passar de 165 para 183, o que significava muitas alterações.-----

Chamou a atenção para o facto de, sem a carta educativa aprovada era inviável usufruírem de candidaturas para financiamentos destes estabelecimentos escolares, de modo que também se tratava de um instrumento financeiro poderoso, e como tal apelou ao bom senso da Assembleia no sentido de conseguirem ultrapassar todas as divergências que surgissem, uma vez que entendia que no seu essencial esta carta educativa correspondia aos anseios de todos.-----

-----O líder da Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, *Sr. Nozes Pires*, defendeu que

esta discussão se tratava de um dos pontos altos deste ano, e o documento em título apoiava-se num estudo que se lhes afigurou bastante completo e as mudanças que propõe tinham sido traçadas com rigor e até preocupação de solidariedade social.-----

Apesar disso a questão crucial prendia-se com as directivas do actual governo em relação à educação e entendendo que tal coisa não era uma verdade divina, pronunciou sobre o mesmo, fazendo a seguinte intervenção que se transcreve:-----

“Conflito começa a montante, quando procuramos a educação no programa deste governo e no quadro das principais medidas da política económica 2003/2006, o que predominam são as medidas de contenção das despesas sob os epítetos de racionalização de reordenamento etc.-----

A educação como investimento em capital humano parece corresponder não a uma convicção, mas a uma típica confusão neoliberal entre despesas e investimentos. Admitamos que em 3 únicos aspectos as opções do governo estão no sentido do progresso. O ordenamento do ensino pré-escolar, a oferta de ensino tecnológico e profissional para jovens que concluíram o ensino básico, e o objectivo de elevar a escolaridade obrigatória de 9 para 12 anos.-----

-----Vejam os então a 1.º opção na prática: no ensino básico não se elevou o investimento, prossegue-se sim a passagem de competências para as autarquias, por vezes a coberto de uma alegada municipalização da educação que já provou em outros países ser factor de profunda desigualdade regional e social. O Sistema de ensino básico e secundário carece de um reforço de identidade de autonomia das escolas, carece de corpo docente, consolidado, isto é não flutuante, codificado em matéria muito diversificadas e com recursos realmente operacionais, o que significa que a escola não pode funcionar bem apenas com professores e auxiliares administrativos actualmente insuficientes,

mas requer também o concurso de outros profissionais.-----

Por outro lado os percursos curriculares, os conteúdos programáticos dos diferentes subsistemas de ensino, as metodologias pedagógicas, os recursos humanos e físicos para um ensino de aprendizagem de qualidade, devem ser avaliados, aperfeiçoados, reforçados, já o foram? Quem os avalia?-----

-----Por conseguinte deve ser rigorosamente conhecida toda a rede escolar, cada escola no singular, avaliadas as necessidades de cada região, os seus recursos humanos, pessoal docente e auxiliar, adaptados os currículos ao potencial e às necessidades de cada região e investir em rede e em escala ou seja, pensar não apenas no concelho, mas na região.-----

Não estamos de modo nenhum de acordo com políticas que procurem criar nichos elitistas, forte selectividade social, ao mesmo tempo que não se qualifica a escola pública, porque ao estado não sabe a função de apoiar preferencialmente o

sector privado lucrativo, mas o sector público. E se os municípios estão a substituir o estado, então a mesma observação se aplica às autarquias.-----A reorganização curricular do ensino secundário, eis o mais recente exemplo de inconsistência formal e de discriminação social, e porquê ? Porque não se vê o aumento da mobilidade entre os diferentes percursos, elitiza mesmo alguns percursos, discrimina o grande número daqueles que não prosseguindo para estudos superiores são neste grau de ensino afastados da experiência de diferentes dimensões de ser humano, desde as artes às ciências, ou seja com a revisão curricular que entrou em vigor, não só se resolve a crise que se vive neste nível de ensino, como se acentuará o carácter de classe da selectividade nas opções entre o ensino geral e as variantes técnicas, artística e vocacional.-----

-----À saída da escola secundária, são cada vez mais os filhos dos estratos superiores sociais que se encontram em vantagem para se tornarem os futuros quadros dirigentes, reproduzindo desta forma a e s t r a t i f i c a ç ã o s o c i a l existente.-----

-----Ora os municípios não podem ficar indiferentes, não podem aceitar silenciosamente que apenas uma parte da sua população tenha oportunidade pelo facto de possuir mais poder económico, e ainda seria de bom tom lembrar aqui e agora o modo como o governo trata os professores, base social e p r o f e s s i o n a l d e c i s i v a p a r a r e a l i z a r e a p o i a r q u a l q u e r reforma.-----

Sr. Vereador, Sr. Presidente da Câmara, é com eles que se vai aplicar esta carta educativa os municípios não podem ignorar esta realidade, e a carta educativa também não.-----

A taxa de abandono e insucesso atingia 44% de estudante do ensino secundário em 2001, enquanto 31% da população empregada continuava a possuir apenas o 1.º ciclo do ensino básico, ou menos, somente 11,5% prosseguiu o ensino secundário e apenas 7,8% a licenciatura completa. A carta educativa confronta com esta realidade, temos um país de significativas assimetrias regionais, e isto é verdade também, aqui entre nós, temos um país sofrendo dos problemas causados por um parque escolar caracterizado por falta de recurso em equipamentos educativos e material didáctico, aguardando com urgência a necessária colocação de mais professores e dotação do n.º de quadro de auxiliares de acção educativa e outro pessoal não docente.-----

Ora isto também não está solucionado na nossa região.-----

Temos um país com uma educação que recebe um financiamento publico restritivo, o mais pequeno da Europa, que não tem em consideração as desigualdades de acesso às novas competências curriculares de muitos alunos que vivem em zonas isoladas e desfavorecidas, é visível a falta de apoio eficazes nas refeições e na organização dos tempos livres, e isto para referir apenas o que se passa no 1.º ciclo do ensino básico, temos que resolver também isto, no nosso município.-----Direis porventura que tudo isto são

questões paralelas, 2.º a sua própria definição jamais se encontram, com o assunto que nos traz aqui, mas como assim? Como é possível aprovar esta ou outra carta educativa de âmbito municipal sem que conheçamos os seus limites, o seu financiamento, as realidades que ela tenciona reordenar, o seu enquadramento de uma visão estratégica para a região, para o país? Ainda que esta carta viesse a ser excelente, eu quero crer que sim. Acredita-se porventura que o município possui meios e competências para realizar por si só uma tarefa de tal monta? E ainda ficava por esclarecer se nos encontramos aqui para firmar um consenso silencioso e um contrato de boa fé, ou se alguns de nós têm o direito de duvidar das opções prosseguidas pela actual política governamental, para as escolas e para os hospitais públicos.-----Eu quero afirmar aqui com clareza bastante.-----Se não apresento uma outra carta educativa para opor a esta, e porque haveria de ser? Julgo possuir uma outra alternativa para a política geral do ensino para a educação, e é desta alternativa que aplico esta carta educativa exigências gerais e específicas, estou no meu direito. Alternativa que não é utópica, em 1.º lugar porque se apoia na constituição da Republica Portuguesa e em 2.º porque admite, conforme o bom senso realista, como instrumento de trabalho, esta proposta de carta educativa.-----

-----Bom esclarecida esta nossa intenção de participar construtivamente, passemos a expor determinados princípios de doutrina democrática constitucional, que devem orientar a nosso ver as finalidades deste

reordenamento.-----Em 1.º lugar a carta deve obedecer a uma doutrina e a requisitos que fortaleçam um papel insubstituível da escola pública, investindo na qualidade do seu serviço, oferecendo as melhores condições possíveis aos discentes e aos docentes, contrariando assimetrias regionais, e desigualdades sociais, facilitando o acesso e o percurso escolar das crianças e jovens oriundos locais ou famílias com poucos ou nenhuns recursos. Por outras palavras, a presente carta não deve ser somente um reordenamento administrativo do parque escolar público, não deve submeter-se explicita ou implicitamente somente a critérios de poupança nas despesas, encerrando escolas e agrupando populações escolares, mas obedecer a princípios de justiça social, de igualização de oportunidade no acesso e no percurso, de modernização da rede escolar, e constituir um forte contributo para o desenvolvimento económico social e cultural das áreas geográficas e das populações, porque os chamados territórios educativos, com os seus agrupamentos verticais, os seus pólos centralizadores devem ser, não apenas um arrumação administrativa mas ter em conta as assimetrias e desigualdades em determinadas freguesias e outras, em determinados aglomerados populacionais e outros. Os novos agrupamentos devem constituir-se como pólos de dinamização cultural, com uma fecunda intervenção de território educativo, resolvendo os problemas que a montante e a jusante se colocam desde já, e que se

prendem com transportes gratuitos, refeições e outros auxílios à população escolar.-----Em 2.º lugar, a necessária racionalidade nos critérios de gestão do serviço público não excluem os necessários investimentos em novos edifícios, ou na ampliação dos já existentes, na instalação de melhores equipamentos, desde refeitórios a salas e recreios, porque a questão é clara, trata-se de cumprir e fazer cumprir as promessas dos responsáveis do governo central, que afiançam que esta reforma da rede escolar trará amplos benefícios para a qualidade de instrução, encerrando centenas de escolas e oferecendo aos estudantes e professores novas, novíssimas e melhores condições.-----Pelo nosso lado estaremos vigilantes, para verificar se a palavra condiz com o acto.-----A iniciativa lucrativa privada tem o direito de actuar onde julga que há oportunidade de negócio, e o estado e as autarquias não têm o direito de aumentar essa oportunidade deixando degradar e desqualificar escolas e hospitais, não têm o direito de abandonar a imensa maioria social, que não possuiu recursos para utilizar escolas e hospitais privados, e é isto que faz a diferença entre doutrinas.-----

-----A promoção do ensino de formação profissional, necessita de ser aumentado urgentemente, para todos aqueles jovens que não querem ou não podem prosseguir estudos universitários, certamente que tal desiderato passa por uma reforma mais profunda do sistema educativo, que não está no âmbito desta carta, contudo considerar tal necessidade, é já um passo positivo, e é para nós incontornável a necessidade de habilitar os jovens com mais e melhor habilitação profissional, v e n h a m e l e s a s e r e m p r e g a d o s o u empresários.-----Este concelho não foge à regra, talvez seja mesmo uma região onde mais urgente se torna agir.--

-----Em 5.º lugar uma outra vertente prende-se com o auxílio às famílias pobres ou abaixo do nível da capacidade de sobrevivência, o primeiro dever cabe aos governo, aplicando medidas de protecção social, mas são as escolas e as autarquias que estão mais próximas desses casos e estão mais próximas das bolsas de pobreza. A comunidade escolar deve entretanto articular-se com o resto da comunidade por exemplo, terem autonomia as escolas para realizarem protocolos com empresas e associações e autarquias seja para que finalidade de produção de bens, seja para utilização do espaço escolar pela população, seja para finalidades culturais e desportivo, neste sentido propomos:-----O desenvolvimento de acções que insiram a escola no meio através de programas e projectos de animação sócio-pedagógicos e sócio-culturais;-----O envolvimento da comunidade educativa no debate e definição das opções e objectivos da política educativa da autarquia, e a sua articulação com outras políticas sectoriais, nomeadamente social, cultural desportiva e ambiental;-----A elaboração de

programas no âmbito da acção social escolar, destinados a garantir apoios diferenciados que assegurem aos alunos mais carenciados uma efectiva inserção escolar.-----

-----O apoio às acções de alfabetização e ao ensino recorrente, e que se apoie e invista no ensino tecnológico adaptando ao mercado de trabalho do concelho.-----

-----As reformas por enquanto saldaram-se pelo fecho de 1500 escolas, fecho de blocos de partos, as urgências de 60 centros de saúde, de serviços de atendimento permanente também, fecho de esquadras de localidades com menos de 15 mil habitantes, e onde existem dispositivos da GNR, extinção e fusão de freguesias, encerramento de linhas de caminho de ferro. Nesta poda universal, cada lugar cada município falará por si. Nós dizemos, se é razoável que se ponha fim ao isolamento de muitas crianças, e se terminem as turmas com alunos do 1.º ao 4.º ano, é preciso acautelar contra o envelhecimento das aldeias, e o facto de vermos crianças a sair de casa de manhã cedo, para regressar apenas à noite.-----

-----Nestas medidas como em tudo o que começa por parecer bom, pode converter-se do pesadelo futurista, de um interior sem vitalidade, sem cultura e sem alegria, enquanto outras áreas geográficas neles tudo se concentra até à congestão final.”-----

-----O **Sr. Marco Claudino** salientou que, tratando-se da discussão de uma carta que era estruturante para o concelho de Torres Vedras, e muito importante para todos os cidadãos, existia um problema de forma, porque ainda não tinha sido devidamente discutida nas Freguesia e nos Centro Escolares, como deveria ter acontecido.-----

-----Frisou que, não questionando a sua virtualidade, era uma reforma que faz com que alunos dos 3 aos 10 anos se juntem em jardins de infância com escolas básicas, e determine o encerramento de muitos jardins de infância por todo o concelho ao que acresce a necessidade de muitas crianças serem transportadas e como tal necessita de ser amplamente debatida, porque irá mudar a vidas de inúmeras pessoas.-----

Tendo presente que o concelho apresenta uma taxa de ensino superior muito baixa, que podia significar uma descrença de através do mesmo obter emprego em Torres Vedras, defendeu que este debate devia não devia estar desligado da educação, e merecia uma profunda reflexão de todos.-----

-----Por último disse que ainda tinha algumas dúvidas, e gostaria de ser esclarecido da razão de ser esta a melhor solução de Carta Educativa, em termos sociais e de educação para os jovens.-----

-----O **Sr. José Correia** começou por manifestar o seu agrado com a intervenção do colega Nozes Pires, a qual levanta alguns princípios de natureza política com grande coerência.-----

-----Lembrou que o documento em título, é um instrumento de ordenamento e planeamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no

concelho, de acordo já com as ofertas de educação que possam existir e da formação que será necessário satisfazer, tendo em vista rentabilizar os recursos educativos num quadro de desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município.-----

Disse também que vêm tentar responder a uma preocupação de todos os governos, que tem a ver com a localização dos edifícios escolares, a sua tipologia, ou seja a forma de satisfazer necessidades demográficas e outras do ponto de vista de formação e assim estavam já perante uma questão de filosofia de educação e a falar essencialmente de educação formal.-----Prosseguiu indicando que a carta em discussão apresenta um conjunto de decisões, que pode ter mais ou menos virtualidades quanto às opções escolhidas, mas na qual os territórios, os agrupamentos e os centros educativos propostos estão bem fundamentados, porque se elaborou um diagnóstico das estruturas físicas, questões demográficas e também do ponto de vista histórico e socio-económico.-----

No seu entender era uma proposta aceitável e lembrou também de que tratando-se de um instrumento de planeamento, daqui a 5 anos se podia rever e introduzir alterações.-----Alertou para duas situações que não são visualizáveis na carta em discussão, tendo presente que o concelho a pode aproveitar para ter outro alcance e outro impacto futuro como instrumento de planeamento.-----

-----Nesta sequência observou que no nosso concelho por um lado era evidente a nível sobretudo da educação pré-escolar, e dos outros níveis de ensino, bons investimentos de iniciativa privada, e por outro era reconhecido que as autarquias que já estavam a ser chamadas a intervir fortemente na satisfação das necessidades em termos de rede e de estrutura física para a população.-----Assim e uma vez que os recursos públicos eram por natureza escassos, havia que utilizar, continuar a potenciar e a desenvolver, a iniciativa privada que sempre foi e continua a ser um suporte fundamental da educação a diferentes níveis no nosso concelho.-----Defendeu que uma carta educativa de um concelho como o nosso devia de alguma forma preservar ou pelo menos deixar em aberto, potenciar este tipo de princípio.-----

-----A outra situação que também gostariam que fosse incorporada na carta dizia respeito à investigação, que parecia que estava sempre esquecida e no entanto quando se ouvia qualquer político hoje dos mais diferentes quadrantes e de diferentes países, em quaisquer propostas que apresentem do ponto de vista de melhoria socioeconómica dos seus países, aparecia a questão da formação e investigação como elemento fundamental numa sociedade de informação e do

conhecimento.-----

----Acrescentou que o concelho de Torres Vedras tinha todas as potencialidades para se poder tornar num bom local de investigação para muitas e variadas entidades, e algumas já o faziam, e que possuía um conjunto de actividades de natureza económica social e cultural merecedores e se calhar necessitados de um conjunto de parcerias com universidades, com institutos superiores, com missões de investigação que podiam, trazer determinado tipo de mais valias muito importantes.-----Referiu-se concretamente à fixação de quadros de alto nível, à questão de imagem e representação institucional do nosso concelho e de parcerias e de representação para outros concelhos e instituições daquilo que aqui se realize.-----Entendia que dentro de uma carta educativa como a presente, e apesar de não fazer parte da rede em si se devia pensar o ensino superior em termos de parcerias que possa ligar as nossas escolas, exemplificando com o programa de Expressão Físico – Motora, em que existe uma parceria com a Faculdade de Motricidade Humana para a avaliação da importância da realização do projecto.-----

----Continuou dizendo que a Educação é muito complicada porque está ligada a algumas situações muito interessantes, dado que todos percebem de educação, no papel de pais com filhos na escolas, por outro lado só se vêm resultados anos depois e também porque actualmente se considerava que a escola tem que responder a todos os problemas, sendo até tremenda a pressão exercida sobre os próprios professores no sentido de serem tão generalistas para responderem a tanta coisa distinta, e claro que isso era impossível

-----Assentiu que também existiam muitas interrogações, muitas crenças à volta da escola do amanhã, dado que estavam a falar de uma carta educativa prospectiva que pretende dar satisfação a um conjunto de realidades que se perspectivem que venham a acontecer, e por isso o futuro a Deus pertencia.-----

----Fez notar que era importante que a carta fosse aprovada para que determinados financiamentos fossem aprovados, e era bom que quando elaborassem esses projectos, se discutissem e se criassem consensos nas crenças sobre as escolas do amanhã, para que daqui a uns tempos não tenhamos escolas completamente desajustados e desadaptados à realidade da missão que cada escola tem que desempenhar.-----

----Por último disse que o Grupo Municipal do PS aprovava e elogiava a Carta Educativa em apreço, fazendo apenas duas recomendações do ponto de vista de abrir as oportunidades às iniciativas privadas e pelo menos criar caminhos para que exista alguma parceria que promova investigação científica, como elementos que consideravam chave para o desenvolvimento socio-

económico por um lado e por outro para se manter o suporte histórico de iniciativa privada no nosso concelho.-----

-----Aproveitou ainda para elogiar os autores e vereadores que estiveram envolvidos na elaboração desta proposta que se mostrou coerente, consistente, e passível facilmente ser reformulada mais tarde e necessário.-----O

Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** registou o seu elogio à Carta Educativa, considerando que eram estes os planos importantes para o concelho, uma vez que eram os trabalhos de longa data e não de um só mandato que os faziam de alguma forma sonhar e projectar um tempo mais distante.-----Registou também, o seu agrado com o convite que o Vereador Dr. Tomé Borges lhe endereçou para tomar conhecimento e discutir o documento.-----Por fim alertou que a Escola Básica da Ponte do Rol estava projectada para a 2.ª fase, e no seu entender reunia todas as condições para ser prioritária. Lembrou que a Escola da Gondruzeira é uma das que vai encerrar e a da Ponte do Rol só possui duas salas de aulas, sem qualquer condições e um pouco desfasada no tempo.-----O Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** começou por referir que a única vez que lhe foi dada a oportunidade de se pronunciar sobre o projecto em discussão, tinha sido há 15 dias, pelo qual tinha que enaltecer o esforço do Vereador Dr. Tomé Borges para dar a conhecer, dar a sua opinião e ouvir a dos autarcas.-----Considerou lamentável que estando os presidentes de junta no terreno, e que em conjunto com a autarquia asseguram determinado tipo de serviços às crianças e que conhecem as carências de cada um das aldeias, não tivessem conhecimento do documento e mais importante que não tivessem participado. Não punha em causa a qualidade técnica de quem a elaborou, mas poderia ter ficado mais enriquecido com a participação dos presidentes de junta.-----No que refere se ao documento em si, manifestou algumas dúvidas sobre as escolas básicas integradas uma vez que implicava juntar crianças de 3 e 4 anos com alunos de 15 e 16, interrogando-se se seria este o passo mais indicado.-----No seu entender era um assunto que tinha que ser analisado e aprofundado junto dos pais das crianças, que são os principais intervenientes, porque eram eles que tinham que decidir por eles nesta faixa etária.-----Frisou que era necessário que a carta educativa fosse aprovada para que a autarquia tenha acesso e aproveite os fundos comunitários, para melhorar o nosso parque escolar. Paralelamente existem questões de política educativa a ter em conta que são complementares a estas.-----

Referiu que como torriense tinha orgulho de dizer que a CMTV era uma das Câmaras do país que mais apostava na Educação, umas vezes bem outras mal, no entanto estas condições podem ser melhoradas substancialmente sem que o mesmo represente mais custos quer ao nível do serviço de apoio à família quer na recém iniciativa do governo de administrar inglês no 1.º ciclo, quer nas questões de inserção no meio activo e no meio em que estão inseridas.-----Entendia que era um trabalho que devia ser conjugado entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, e os Gabinetes Escolares e a Escolas, porque elaborar a carta educativa só para se alcançar os financiamentos referenciados, não se estava a fazer um trabalho bem feito.-----Tendo presente a proposta de carta educativa em discussão, onde várias escolas vão ficar agregadas juntando várias freguesias, assinalou que todas têm que trabalhar em conjunto e têm que começar por se organizar e aproveitar os fundos comunitários disponíveis, em especial as que têm menos recursos, de maneira a se fazer uma correcção das assimetrias.-----A terminar declarou que se todos tiverem coragem de em vez de estarem preocupados com questões meramente político-partidária, e se preocuparem com este documento e outros que têm que ser complementados com uma discussão séria, aproveitando todos os recursos existentes, será a melhor forma de otimizar a Carta Educativa.-----Fez notar que certamente terá erros, mas também terá virtudes e só será devidamente aproveitada se tiverem coragem de lhe saber dar o devido valor.-----

-----O **Sr. José Menino** parafraseando a expressão que o colega José Correia utilizou “o futuro a Deus pertence” afirmou que podiam acreditar nas filosofias de todas as religiões a que o futuro a Deus pertence, mas no seu entender ele está na mão do homem.-----Tinham que acreditar que o futuro estava nas mãos deles, e que todos eram responsáveis do dia de amanhã.-----

-----Teve de seguida a palavra o membro **Flores da Cunha**, o qual considerou tratar-se de um instrumento de trabalho importante que iria marcar durante bastantes anos a educação em Torres Vedras.-----

-----Tendo presente que será revista daqui a 5 anos e que para ser implementada irá revolucionar o parque escolar do concelho com construção de novas escolas, questionou qual a previsão temporal para a construção de todas as infra-estruturas projectadas necessárias para implementação da carta educativa e se, quando o estiver, as políticas de educação da altura não implicarão novas alterações.-----

-----Concordava que era necessário a existência no concelho de parcerias que possibilitem a investigação, mas também pensava que deveria ter sido importante que se tivesse implementado a

nível do estado pólos universitários, dado que os centros de investigação estão quase todos ligados a estes estabelecimentos.-----

Nesta sequência lamentou que a Câmara ao longo dos anos não soubesse dinamizar um pólo universitário para o concelho, mas esperava que ainda fosse a tempo.-----De novo no uso da palavra o *Sr. José Correia*, esclareceu que o ensino superior não era da competência das autarquias, mas do Ministério das Ciências e do Ensino Superior, sendo eles os únicos que podiam implementar escolas neste nível de ensino.-----Relativamente à alteração de currículos de modelos de educação, nunca se sabe o que vai acontecer, porque o nível de produção de saber é tão elevado, e sabiam que se fizerem hoje um curriculum para daqui a 5 anos, este estará completamente desactualizado em pelo menos 5% em relação ao saber que se vai produzindo.-----Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para se pronunciar sobre o assunto e responder a algumas das questões colocadas:-----O edil começou por lembrar que muitos dos primados enunciados, estavam incitos na carta educativa, uma vez que a escola publica como baluarte e como alicerce da nossa educação constava expressamente do documento, assim como a modernização da rede escolar, o investimento em novos edifícios, e o próprio envolvimento da carta e como tal estavam a discutir o mesmo e não algo distinto.-----

Lembrou que o programa de investimento nos novos centros educativos envolvia cerca de 30 milhões de Euros e era impensável que a Câmara tivesse capacidade financeira para sozinha desenvolver o projecto proposto. Era necessário que o governo, através dos Fundos Comunitários que começam no ano de 2007, criasse programas específicos para se conseguir esta envolvimento.-----Referiu que tal não significa que tenham que ficar à espera, e que não tivessem sido dados já passos no mandato anterior, com a aquisição de terrenos para implantação das escolas, e desenvolvimento de projectos. Para além desta situação, existiam alguns projectos, dentro do âmbito financeiro da CMTV que iriam arrancar como eram os casos da Carvoeira com uma parceria p r i v a d a e d o O u t e i r o d a Cabeça.-----Em relação à questão do tempo que irá demorar, tudo dependerá da capacidade da autarquia de primeiro obter fundos, segundo de aproveitá-los.-----Por último deu nota que este ano estavam a apostar na elaboração de projectos de modo que em 2007, possam estar nos lugares fronteiros, quando forem abertas as “janelas de financiamento” para as construções em causa.-----De

seguida, e nos termos da legislação em vigor deu a palavra ao **Sr. Vereador Tomé Borges**, o qual se mostrou satisfeito pelo início do debate da educação no concelho de Torres Vedras pela primeira vez em 30 anos que estava na educação.-----Também entendia que tiveram a primeira grande oportunidade nestes 3 anos em que se começou a elaborar a Carta Educativa de se debruçarem sobre os problemas para que o documento os transportava.-----

-----Agradeceu a intervenção do membro Nozes Pires que de alguma forma colocou o “dedo na ferida” da nossa educação que envolve os professores, programas auxiliares, alunos, pais e as escolas, as quais estão muito carentes de uma discussão e debate aberto por quem lá trabalha, e por todos que a envolvem, tais como as juntas de freguesia, associações de pais, etc,-----Lembrou que com o intuito de dar a conhecer e tentar discutir a carta em título, reuniu com os presidentes dos concelhos directivos dos Agrupamentos EB2,3, Escolas Secundárias e Externato de Penafirme, com todos os presidentes de junta e também com algumas associações de pais.-----Disse que foram colocadas algumas questões importantes, no que se refere à investigação, educação/formação e quanto ao ensino privado, o qual preenche uma grande lacuna no sistema obrigatório do ensino em Portugal, em particular no nosso concelho onde muitas destas instituições albergam inúmeros alunos, sendo importante considerá-las.-----

-----Aludiu à intervenção do membro José Menino para se manifestar crente no futuro, mas no entanto, verificava que já faltava pouco tempo para que os seus netos estudassem nas mesmas escolas onde estudaram os seus pais, e por isso era um grande exame para todos querer acreditar que o futuro de facto a todos pertencia.-----

-----Deu nota que o esforço para edificar os estabelecimentos de ensino propostos, estava ligado fundamentalmente com o que é mais nobre na educação, porque a escola é o único lugar que acolhe todos os problemas que as crianças têm em suas casas, na rua e com os seus amigos.-----Quanto às dúvidas levantadas em trazer alunos de todas as idades para os centros educativos, salientou que os projectados foram os considerados mais correctos e o grande objectivo foi criar um por freguesia, no mínimo, tendo em conta a densidade populacional e também a distancia de zona de influência pedagógica que cada centro educativo terá dessas freguesias.-----

-----Informou que já se iniciou a construção de uma das duas infra-estruturas planeadas para este ano, que serão exemplos de referencia e o espelho da autarquia naquilo que deverá ser necessário rectificar.

-----No que se refere à questão de irão construir edifícios que respondam ao futuro, pensavam que estavam

a fazer o melhor envolvendo todas as partes já citadas, mas também com a concordância do Ministério de Educação.-----

Aproveitou para dar nota que em mais de 30 anos foi a primeira vez que foram chamados para participar na discussão do encerramento de escolas. Pela primeira vez uma carta educativa desenhava a estrutura de um concelho e permitia à DREL que avaliar as condições em que a autarquia poderá encerrar estabelecimentos de ensino.-----

Sublinhou que depois da discussão que tiveram com a tutela, só encerrarão 8 das 20 que foram propostas porque foi discutida a carta educativa e tinha sido nesta perspectiva e numa discussão caso a caso que se comprometeu a qualificar as escolas que vão albergar esses alunos.-----

Sublinhou ainda que esta requalificação era importante, porque proporcionaria apoios quer nas refeições quer nos transportes e na melhoria de condições para a aprendizagem do inglês.-----

Por último frisou que sem a aplicabilidade do documento em discussão, não saberão se os 4 territórios desenhados serão os melhores, mas se não forem terão daqui a 5 anos a possibilidade de projectar as alterações necessárias, e enquanto Vereador deste sector fazia questão de privilegiar os presidentes de junta, presidentes dos concelhos directivos e associações de pais, como intervenientes fundamentais nos processos de revisão da Carta Educativa.-----

O **Sr. Sérgio Jacinto** observou que embora o ensino superior público não seja da responsabilidade da autarquia, o ensino superior privado poderia ser atraído para a cidade ou para o concelho através de alguns incentivos à semelhança do que foi feito em Caldas da Rainha.-----

Questionou se a previsível construção de uma escola secundária a norte da cidade já tinha em linha de conta a existência da Escola Internacional de Torres Vedras, uma vez que as parcerias públicas e privadas eram importantes.-----

Questionou ainda se o fecho de algumas escolas iria implicar a alienação do património do município ou se não, e se não que outros fins estavam destinados a esses edifícios.-----

No que se refere aos transportes e porque se tratava de uma concentração de alunos, inquiriu se os seus custos foram devidamente ponderados, e se tem saldo positivo, ou seja, ao concentrar os alunos e ao poupar nos professores e nos gastos inerentes, não se iria gastar mais em transportes.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** reportando-se ao ensino superior fez uma referencia histórica da altura em que foram feitas diligências e prestados apoios pela autarquia, relativamente à instalação da COSIC, ISG e o que é hoje o Instituto Politécnico do Oeste.-----

Lembrou ainda que a descentralização do ensino superior privado, operou-se por todo o país com grandes benefícios para a população, mas com encargos avultados para os respectivos erários municipais, e Torres Vedras respondeu com os recursos

possíveis.-----

-----Teve novamente o uso da palavra o *Sr. Vereador Tomé Borges* que informou que existiam à data 38 Jardins de Infância e com a Carta Educativa passariam a dispor de 44 com um aumento significativo de salas de aulas.-----

No que se referia aos transportes, esclareceu que tinham sido consideradas todas as situações, e foi feito o balanço positivo em termos de centralização, uma vez que os alunos eram apenas transportados uma vez e retirados ao fim do dia, em vez de ter de os deslocar para as diversas actividades em diversos locais.-----

Quanto à proposta da Escola Secundária a norte surgiu no sentido do crescimento dessa zona tendo como base um trabalho transversal levado a cabo com o urbanismo, e que prevê um grande aumento de população. Serve para demonstrar à tutela que a autarquia está atenta e já fizeram reservas de terrenos para equipamentos futuros caso o ministério o ache necessário.-----Acrescentou que a autarquia tem responsabilidades na construção de edifícios pré escolares e de 1.º Ciclo, enquanto que o Ministério de Educação detém a competência da construção de 2.º Ciclo e Secundário.-----

-----Esclareceu ainda que ao transformar as EB 2, 3 em EBI não significa que as crianças de 3 e 4 anos passem a interagir no mesmo espaço onde os alunos mais velhos já estão, exemplificando com a realidade da Escola Padre Vítor Melícias, que tem ao lado um estabelecimento de 1.º Ciclo onde são completamente independentes, mas utilizam todos os serviços que a escola oferece através de um acesso directo, rentabilizando deste modo todo o sistema escolar.-----

Assim apostavam numas condições melhoradas, e com níveis de excelência que se pretende, porque pretendiam que todos usufríssem dessas mesmas condições, e tendo presente que as EBI são da responsabilidades do Ministério de Educação que os ajudará imenso a resolver o problema financeiros destes estabelecimentos.-----

Terminadas todas as intervenções, o Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino, submeteu o documento em título à votação:-----

A Assembleia Municipal, deliberou, aprovar, por maioria, com 34 votos a favor e 3 abstenções a proposta de Carta Educativa para o Concelho de Torres Vedras, nos termos do n.º 1 do art.º 19.º do Decreto Lei n.º 7/2003 de 15.01.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

**PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS;**-----

-----Presente ofício número 3780 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Março último, a solicitar o agendamento da proposta de alteração ao art.º 131.º que se considera integralmente reproduzida e arquivada em pasta anexa aos documentos da presente sessão, atento as competências de Órgão Deliberativo previstas na alínea e) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09.-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que se trata de uma rectificação ao texto do art.º 131.º, que derivou de contactos tidos com os técnicos e agentes, os quais solicitaram que esta alínea fosse mais bem esclarecida de forma a que não houvesse equívocos na interpretação da formula.-----Tomou o uso da palavra o **Sr. Alfredo Reis** o qual, não pondo em causa a bondade da alteração em discussão, nem o que está por detrás da mesma, fez notar que não há uma explicação por parte dos técnicos para o proposto.-----

-----Nos termos do n.º 3 do art.º 48.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, o Sr. Presidente da Câmara deu a palavra à **Sra. Vereadora Cristina Castelo Branco**, que indicou que se trata apenas de clarificar o texto, o qual fica mais conciso e esta nova redacção remete directamente para o PDM.-----O

**Sr. João Bastos** disse que analisou a proposta de alteração, do ponto de vista do valor das taxas e que concordava com a mesma na medida em que na construção de edifícios isoladamente dificilmente se pode disponibilizar terrenos para espaços verdes e equipamento pelo que a redução da compensação é bem vinda e tem um peso significativo.-----Já para os loteamentos disse que o que se irá verificar é um nivelamento por cima, um agravamento da compensação dos loteamentos com menor densidade de construção, ou seja nivelam todos por cima. No entanto como num loteamento há sempre a hipótese de disponibilizar terrenos para equipamento e espaço verde, indicou que poderá funcionar como um incentivo para que os loteadores disponibilizem esse terreno de espaço verde e de equipamento, e permite que para os edifícios que não tenham tal hipótese, a taxa a pagar seja reduzida.-----

-----Acrescentou que se a intenção era referenciar em relação aos valores de densidade do PDM, parecia-lhe correcto dado que será uma maneira mais simples e mais eficaz de operacionalizar.-----

-----Tendo verificado que ainda subsistiam algumas dúvidas o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao **Arq.º Bruno Peixoto**, que esclareceu que está em causa é o factor d) que se aplica numa formula para o K5, sendo a sua definição o mais importante e que se traduz em : “valor expresso em fogos/ha, correspondente à densidade bruta máxima prevista no PDM para o aglomerado em questão.”-----

-----Mais esclareceu que o valor de d) é o constante na revisão do PDM, e as dúvidas surgiam por

se pensar que se applicava à área de intervenção da operação urbanística em causa.-----O *Sr. Presidente da Câmara*, reforçou que não se trata de uma alteração mas de uma especificação, e o sector tem aplicado a formula do K5 tendo em conta o PDM, independentemente do entendimento de que a mesma tem sido alvo, e daí que se tenha elaborado esta precisão.-----Não se registando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, com 39 votos a favor a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Torres Vedras.-----  
-----Anota-se que estava presente na sala 39 membros.-----

**PONTO 5 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMEGA - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DA ÁGUA.**-----

-----Presente ofício número 3781 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Março último, a enviar a proposta de alteração em título, que se considera integralmente reproduzida e arquivada em pasta anexa aos documentos da presente sessão, tendo presente a competência prevista na alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, de 18.09.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata de uma alteração à redacção do art.º 28.º dos estatutos que se traduz em acrescentar “ nos mesmos”.-----O Sr. Presidente da Mesa submeteu de seguida o assunto em epígrafe à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por unanimidade, com 39 votos a favor a proposta de alteração dos Estatutos da AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água.-----

-----Anota-se que estava presente na sala 39 membros.-----

**PONTO 6 – AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE SEGURANÇA INFANTIL, NOS TERMOS DA ALÍNEA M), DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO.**-----

-----Presente ofício número 3778 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Março último, tendo presente a competência prevista na alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, de 18.09, a solicitar a autorização para a adesão supra identificada.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a adesão é proposta com objectivos de trabalho integrado, nomeadamente trabalho de formação uma vez que a associação em causa tem formação específica e especializada que será

muito útil para os técnicos da autarquia.-----Os membros **José Augusto de Carvalho e José Menino** questionaram qual o conhecimento que a autarquia tinha desta associação.-----O **Sr. João Bastos**

deu nota que ficou sensibilizado para a questão da promoção da segurança infantil por uma pessoa amiga ligada ao assunto e como existem determinados detalhes importantes que lhes passam despercebidos, julgava que seria importante estar atento e que haja um acompanhamento dos equipamentos escolares geridos pela autarquia no que se refere ao cumprimento desta segurança infantil.-----O **Sr. Presidente da**

**Câmara** informou que o Sector de Acção Social tem alguma experiência de trabalho com a associação em apreço, ao nível do aconselhamento, de que resultou um bom relacionamento.-----

-----Mais informou que a proposta de adesão agendada, surge no sentido de avaliar os benefícios das acções de formação e do acompanhamento que esses técnicos avalizados possuem.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** declarou que não tinha a menor dúvida quanto aos benefícios da adesão proposta sendo que o próprio objecto da associação assim o justificava.-----

No campo das finalidades sublinhou o fomento da análise crítica e da discussão dos factores de risco, na génese de acidentes, de traumatismos, de ferimentos, de lesões não intencionais, e a denuncia de práticas abusivas e de condutas adequadas.-----Disse que tinha clara consciência de que

devia haver acções de formação por parte de todos os técnicos das áreas onde a segurança infantil e juvenil possa estar em causa, e também não questionava da pertinência de se encontrar as melhores soluções em todos os domínios da segurança, infantil e juvenil, quer sejam da responsabilidade da autarquia ou não: os espaços escolares, os equipamentos e os transportes.-----Contudo alertou para o facto

de existirem situações de lesões irreversíveis provocadas por crianças em crianças, não intencionais, mas que radicavam no seu modesto entendimento em grande parte, numa ausência muito grave do papel da família, ou dos pais, que por tal tinham que ser responsabilizados.-----

- O **Sr. Nozes Pires** começou por propor que a autarquia procedesse à apresentação pública da Associação para a Promoção da Segurança Infantil, e que a mesma pudesse trabalhar em conjunto com as escolas e vice-versa, na despistagem de situações e risco e também que colaborasse num inventário/estudo da seguranças das próprias instituições onde hajam crianças.-----Por último, indicou que também as juntas têm um papel importante uma vez que têm necessariamente um conhecimento mais próximo das crianças em situações de risco nas aldeias.-----O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago,

**Sr. Paulo Bento**, referiu que partia do princípio que a Câmara para propor a adesão em discussão tem conhecimento que trará alguns benefícios, todavia não acreditava que conseguisse fazer mais do que aquilo que os habituou a Delegação de Saúde de Torres Vedras.-----Deu nota que habitualmente as Juntas de Freguesia recebem detalhadamente as acções das condições das escolas primárias exaustivas ao pormenor e no seu entender dificilmente alguma associação fará melhor.-----O **Sr. José Menino** esclareceu que a questão que colocou anteriormente decorreu do facto de conhecer bem a Vila Berta, onde se localiza a sede da associação em causa, e se trata de uma zona altamente degradada.-----Deste modo e como indica o art.º 27.º dos estatutos, não existe na sede um local para realizar as assembleias, e não pondo em causa a honorabilidade das pessoas nem a intenção, defendeu que seria bom que alguém da autarquia fosse ao local para ver onde funciona esta associação.-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o facto do Vereador do Sector não se ter deslocado à sede da Associação, não significava que os técnicos não o tenham feito. Contudo trata-se de visitas técnicas e não de avaliação da habitabilidade, e lembrou que existem várias associações que não realizam as suas assembleias nas sedes, mas em locais emprestados ou apropriados para o efeito.-----Declaração de voto de José Augusto Nozes Pires e Paulo Adelino Gonçalves:-----“A Assembleia Municipal recomenda ao Executivo Camarário que estabeleça uma parceria ou acordo com a APSI (Associação para a Promoção de Segurança Infantil) no sentido de esta realizar um estudo, seguido de divulgação pública, em que, entre outros aspectos, sejam avaliadas as condições de segurança:-----Dos Infantários e Escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico (quer ao nível dos espaços interiores, quer exteriores).-----Dos equipamentos lúdicos colocados nos diversos espaços públicos do concelho e da responsabilidade da autarquia.-----Do transporte rodoviário das crianças, quando feito em veículos ao serviço da Câmara ou das Juntas de Freguesia.-----Torres Vedras, 31 de Março de 2006.”-----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, a aprovação da minuta da acta da presente assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventual correcção ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 23.40 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---